

## A queda da pobreza no Brasil

(Gilmar Mendes Lourenço)

Simulações realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), acompanhadas de estimativas elaboradas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com base, respectivamente, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e nos microdados contidos na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), ambas efetuadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), comprovam a pronunciada redução nos quadros de desigualdade na distribuição de renda, pobreza e miséria no Brasil, verificada desde a 2ª metade dos anos 1990.

Tanto é assim que, entre 1993 e 2007, o coeficiente de Gini (indicador de concentração de renda, que varia entre zero e um, sinalizando desconcentração à medida que se distancia da unidade), desceu de 0,602 para 0,552, e a razão entre a renda média mensal per capita apropriada pelos 10,0% mais ricos e os 40,0% mais pobres da população caiu de 24,1 para 17,2.

Em idêntico sentido, o contingente de pessoas integrantes da faixa de pobreza (renda per capita inferior a US\$ 1,25 por dia, de acordo com o critério de paridade do poder de compra) diminuiu de 44,9% da população total em 1990, para 38,2% em 2002 e 28,0% em 2007, e a participação dos salários no Produto Interno Bruto (PIB) subiu de 40,8% em 2003 para 42,2% em 2007, enquanto a fatia dos lucros na formação da renda nacional bruta encolheu de 47,4% para 44,3% no mesmo intervalo, segundo as apurações das Contas Nacionais do IBGE.

Em contraposição, a apropriação da renda domiciliar per capita, pelos 10,0% mais pobres, passou de 0,77% para 0,88%, e pelos 10,0% mais ricos de 43,8% para 46,2%, o que corroboraria a hipótese de verificação de redistribuição menos de renda e mais de salários, especialmente por conta do achatamento dos proventos reais auferidos pela classe média, fortemente afetada pelo reduzido ritmo de crescimento econômico e a produção de oportunidades de ocupação com menor nível de qualificação.

Mas, os indiscutíveis ganhos podem ser imputados à conjugação de elementos virtuosos, cujo pano de fundo seria a recomposição dos rendimentos reais do trabalho, resultado predominantemente do desaparecimento da desorganização econômica acoplada à presença da hiperinflação, consolidado a partir do lançamento do real, em julho de 1994, que foi antecedido pela funcional instituição da Unidade Real de Valor (URV), entre março e junho de 1994. Continuo na próxima Quarta.

Gilmar Mendes Lourenço é Economista, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas e Editor da Revista “Vitrine da Conjuntura” da FAE Centro Universitário, Conselheiro do Conselho Regional de Economia do Paraná (Corecon) e Diretor do Sindicato dos Economistas do Estado do Paraná (Sindecon). Ele escreve às Quartas-Feiras neste espaço.